

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Quatro medidas provisórias continuam trancando a pauta do Plenário. O exame dessas MPs depende de negociações entre lideranças partidárias. Não há votações desde quarta-feira.

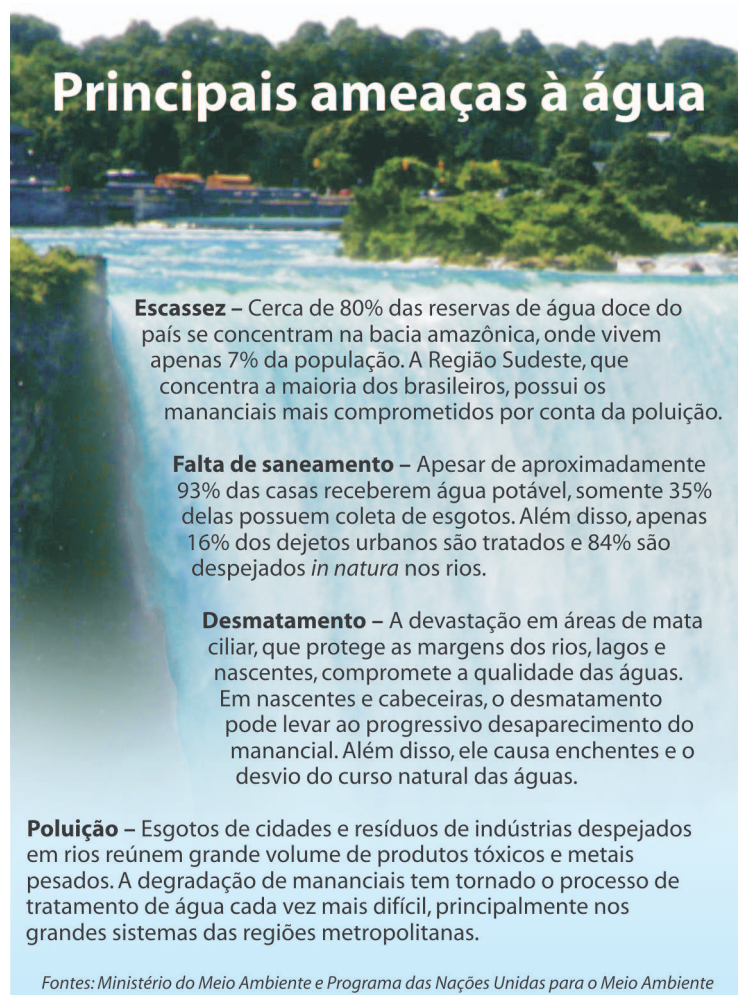
Página 5

CRÉDITO EDUCATIVO

A Comissão de Educação pode votar amanhã projeto de lei que autoriza a renegociação de dívidas com o Programa de Crédito Educativo. Aloizio Mercadante é o autor da proposta.

Página 4

Principais ameaças à água



Escassez – Cerca de 80% das reservas de água doce do país se concentram na bacia amazônica, onde vivem apenas 7% da população. A Região Sudeste, que concentra a maioria dos brasileiros, possui os mananciais mais comprometidos por conta da poluição.

Falta de saneamento – Apesar de aproximadamente 93% das casas receberem água potável, somente 35% delas possuem coleta de esgotos. Além disso, apenas 16% dos dejetos urbanos são tratados e 84% são despejados *in natura* nos rios.

Desmatamento – A devastação em áreas de mata ciliar, que protege as margens dos rios, lagos e nascentes, compromete a qualidade das águas. Em nascentes e cabeceiras, o desmatamento pode levar ao progressivo desaparecimento do manancial. Além disso, ele causa enchentes e o desvio do curso natural das águas.

Poluição – Esgotos de cidades e resíduos de indústrias despejados em rios reúnem grande volume de produtos tóxicos e metais pesados. A degradação de mananciais tem tornado o processo de tratamento de água cada vez mais difícil, principalmente nos grandes sistemas das regiões metropolitanas.

Fontes: Ministério do Meio Ambiente e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Senadores cobram ações que garantam água para todos

Jefferson Péres lembra que mais de 23% dos municípios da Região Norte não possuem redes de distribuição de água. Já Papaléo Paes teme que o desperdício provoque colapso no fornecimento.

Página 4

Compensação por exploração mineral pode aumentar

A Comissão de Assuntos Sociais examina amanhã parecer favorável de Sibá Machado a dois projetos que elevam a compensação financeira a municípios pela exploração de recursos minerais.

Página 3

Comissão pode votar a nova Lei de Falências

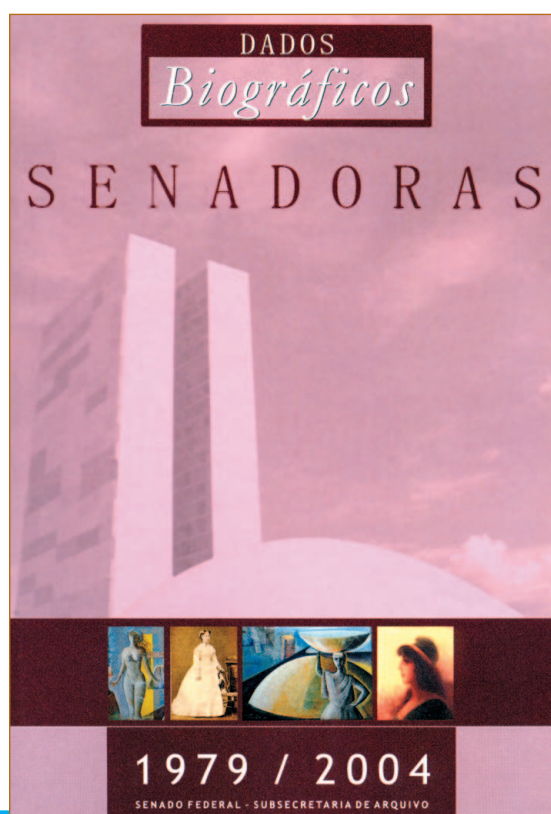
O projeto substitutivo do senador Ramez Tebet à nova Lei de Falências poderá ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. O principal objetivo da proposta é viabilizar a recuperação das empresas, garantindo os empregos, segundo Tebet. Ele espera um entendimento com o Ministério da Fazenda em torno da possibilidade de parcelamento por até seis anos das dívidas fiscais das empresas que estejam em processo de recuperação judicial. Com as novas normas, os trabalhadores terão prioridade no recebimento das dívidas da empresa falimentar.



Roosevelt Pinheiro

OPORTUNIDADE Ramez Tebet diz que projeto deve chamar-se Lei de Recuperação de Empresas

Páginas 3



Livro mostra que só 28 mulheres se tornaram senadoras

O livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*, lançado na Bienal do Livro de São Paulo, mostra que, em 180 anos de existência do Senado, apenas 28 mulheres ocuparam cadeiras na Casa. A senadora Serys Slhessarenko, presente ao lançamento, quer luta permanente contra a discriminação.

Página 2

HISTÓRIA Livro relata que Eunice Michilles tornou-se, em 1979, a primeira senadora

Agenda

Criação de cargos no Executivo volta à pauta



O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa. Ela é destinada aos discursos dos parlamentares e comunicados da Mesa, sem a votação de matérias. Amanhã, os senadores retomam a discussão

do projeto (PLV 20/04) que trata da reorganização do Executivo, com a criação de alguns ministérios e extinção de outros, além de instituir novos cargos. Ele está entre as quatro propostas que trancam a pauta de votações.

CPI do Banestado ouve doleiro

O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho Barcelona, presta depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, amanhã, às 11h. Ele é acusado de

envolvimento em transações ilegais de remessas de dólares ao exterior, por meio de contas CC-5, e também foi apontado nas investigações da Operação Anaconda.

Senadores debatem violência no Rio

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Subcomissão de Segurança Pública realizam reunião conjunta hoje, às 18h, para discutir a crise enfrentada pelo município do Rio de Janeiro, por conta dos confrontos entre policiais e traficantes nas favelas da Rocinha e do Vidigal. Devem participar o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, entre outros.



Contribuições sociais de pessoas jurídicas

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã às 10h, projeto (PLC 25/03) que acaba com o acúmulo na cobrança

das contribuições sociais PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as operações de venda de mercadorias e serviços por pessoas jurídicas. Deve ser

analisada ainda proposta (PLS 15/04) que institui o Fundo de Aval Garantidor do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Renegociação do crédito educativo



A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h, para o exame de seis itens. Entre eles, projeto (PLS 121/03) que trata da renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo; proposta (PLC 82/02) definindo atividades de

extensão na avaliação do ensino superior; além de medida (PRS 21/03) que estabelece critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para emissoras de rádio e TV.

Acidentes de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, às 10h, projeto (PLC 69/01) estabelecendo que, nas localidades em que o Sistema Único de Saúde (SUS) não tenha unidades, o atendimento de emergência de acidentes de trabalho seja prestado pela rede privada de saúde.

Políticas públicas

O *Cidadania* de hoje, que será exibido pela TV Senado às 19h30, discute políticas públicas com dois professores da Universidade de Brasília: David Fleischer e Denise Coutinho. Às 20h30, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) fala sobre a agenda positiva para o Brasil.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Serys lança biografias de senadoras

Na Bienal do Livro de São Paulo, publicação mostra que apenas 28 mulheres ocuparam cadeiras no Senado



LUTA Serys observa que Ano da Mulher induz ações contra a violência que atinge a mulher

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) participou, na última quinta-feira, do lançamento do livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*, no estande do Senado na Bienal do Livro de São Paulo. Presidente da Comissão Temporária do Ano da Mulher 2004, a parlamentar deu entrevistas e autografou exemplares para o público, que recebeu a publicação gratuitamente.

A representante mato-grossense afirmou que a criação, por lei federal, do Ano da Mulher induziu ações institucionais mais permanentes contra a discriminação e a violência contra a mulher. Exemplificou que, além da comissão no Senado, várias assembleias legislativas e câmaras de vereadores empreenderam iniciativas nesse sentido. Assinalou que as mulheres representam 52% da população brasileira, mas, em 180 anos de existência do Senado, apenas 28 parlamentares femininas figuram no livro, incluindo as nove senadoras atuais.

A obra relata que a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado foi a paulista Eunice Michiles, suplente que assumiu o mandato com a morte do senador João Bosco, do Amazonas, em 1979. As pri-

meiras senadoras eleitas foram Júnia Marise e Marluce Pinto, em 1990.

Para Serys, o livro permite que as mulheres brasileiras possam conhecer as ações das senadoras que se destacaram para a melhoria da sociedade, ao mesmo tempo em que ensina a não repetir erros. Acrescentou que sua edição em 2004, ano de eleições municipais, irá incentivar a participação de muitas mulheres no pleito, "comprometidas com as causas maiores da sociedade, a causa da criança, da educação, da saúde, sem discriminação".

A senadora disse que a Comissão Especial Temporária da Mulher está fazendo um levantamento dos 1.989 projetos sobre a questão de gênero que já tramitaram no Congresso – cuja grande maioria foi arquivada. A ideia é que, após discussão com toda a sociedade, as proposições consideradas mais relevantes voltem à pauta de votação para serem aprovadas. Serys Slhessarenko destacou a importância dos meios de comunicação para "dar visibilidade à problemática da violência e da discriminação contra a mulher".

– Precisamos ainda dar uma educação que mostre às crianças e aos jovens que o fim da violência contra a mulher é necessário – acrescentou a senadora.

À Agência Senado, Serys Slhessarenko lembrou que a presença da Editora do Senado nas bienais de livro é de suma importância, por levar um pouco do debate político para a sociedade e também por apresentar as publicações do Conselho Editorial, que qualificou como "de primeira linha".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Maior compensação para município minerador

Será examinado amanhã, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), parecer favorável do senador Sibá Machado (PT-AC) a dois projetos (PLSs 104 e 105/03) que alteram a Lei 7.990 e elevam a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo. Conforme o relator, há uma injustificada diferença entre a Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM), que atinge, no máximo, 3% do faturamento líquido, e os *royalties* por exploração de petróleo, que garantem aos estados e municípios entre 5% e 10% das receitas.

Ao justificar seu parecer, Sibá Machado observa que a atividade de mineração é muito mais lesiva ao meio ambiente e ao tecido social das regiões de exploração do que a extração de petróleo, que é feita, na maioria das vezes, na plataforma continental.

“Já a extração mineral rasga o solo, provoca fluxos migratórios e crescimentos acelerados da população de pequenos municípios, traz consigo a expansão de habitações precárias, prostituição, exploração infantil e outros males associados às localidades instaladas de forma rápida e precária. Desse modo, o projeto busca dar uma justa compensação financeira aos municípios onde há exploração mineral”, acrescenta o senador.

A senadora Ana Júlia (PT) e o senador Luiz Otávio (PMDB), autores da proposta, destacam

que a compensação financeira a estados e municípios pela exploração de recursos naturais é uma fonte de receita de suma importância para estados como o Pará, que ambos representam no Senado.

SUS

Com parecer favorável e substitutivo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a CAS também vai examinar projeto (PLC 69/03) que dispõe sobre atendimento de emergência de acidentes de trabalho em localidades onde não exista rede do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta está sendo reexaminada pela comissão, atendendo a requerimento do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

A pauta da CAS inclui ainda substitutivo do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC) a projeto (PLC 67/03) que torna obrigatória a instalação de brinquedoteca nos hospitais com atendimento pediátrico.



PREJUÍZOS Para Sibá, extração mineral é lesiva ao ambiente e ao tecido social

Doleiro depõe na CPI do Banestado

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a evasão de divisas do Brasil (CPI do Banestado) reúne-se amanhã, a partir das 11h, para ouvir o depoimento do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho Barcelona. Ele é acusado de intermediar remessas ilegais de dólares para o exterior por meio de contas CC-5 do Banestado. A Polícia Federal também investiga possíveis conexões do doleiro com policiais e com juízes.

Toninho Barcelona é considerado um dos maiores doleiros do país. Ele é suspeito de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro.

O esquema do qual ele faria parte, de acordo com o que investiga a CPI, envolve a compensação de créditos e débitos no exterior com auxílio da empresa uruguaia Lespan, também investigada.

Na sexta-feira, a comissão vai ouvir o bicheiro Alberto Youssef, acusado pelo Ministério Público de sonegar mais de US\$ 33 milhões de impostos entre 1996 e 1999. Ele também é suspeito de lavagem de dinheiro. No dia 27 de abril, os integrantes da CPI deverão ouvir o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta sobre contas suas no exterior que teriam recebido recursos desviados de obras públicas.

CAE pode votar amanhã a nova Lei de Falências

■ Substitutivo de Tebet aperfeiçoa texto da Câmara para aumentar chance de recuperação das empresas

Fotos: Célio Azevedo



CONTRIBUIÇÃO “O espírito original da lei não foi rompido”, afirma Ramez Tebet

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã substitutivo ao projeto de lei da Câmara que institui a nova Lei de Falências (PLC 71/03). O substitutivo do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), tem 200 artigos, mantendo na íntegra apenas oito dos 222 artigos aprovados pelos deputados.

O relator aperfeiçoou mecanismos de recuperação de empresas incluídos no projeto da Câmara, mas criticou a proposta que chegou ao Senado no ano passado, principalmente no que diz respeito à técnica legislativa. O projeto seria apreciado na última terça-feira, mas

pedido de vista coletiva adiou a votação na CAE.

Segundo Ramez Tebet, o trabalho da Câmara foi muito importante por ter propiciado a elaboração de mecanismos que modernizam o processo de falência, extingue a concordata e abre espaço para processos mais eficientes de recuperação das empresas.

– O espírito original não foi rompido – observou, reconhecendo, porém, que o substitutivo contém alterações que podem ser consideradas profundas. Ele criticou a estrutura e a ambigüidade técnica do projeto da Câmara, que, na sua opinião, poderiam dar margem a controvérsias.

Tebet destacou como grande novidade da nova Lei de Falências os instrumentos que permitirão às empresas a superação de dificuldades temporárias. O relator considerou que o projeto abre possibilidades de reorganização, aumentando as chances de recuperação das empresas. A proposta aponta os credores como os mais indicados para decidir sobre a viabilidade do plano de recuperação preparado pelo devedor. Tebet condenou a “ineficiente concordata”, que, na sua opinião, se limita a uma moratória das dívidas.

Dívidas fiscais poderão ser parceladas por até seis anos

O adiamento da votação permitirá ao relator esperar por um entendimento com o Ministério da Fazenda em torno da possibilidade de parcelamento por até seis anos das dívidas fiscais das empresas que estejam em processo de recuperação judicial, instituído a ser criado na futura lei.

– Um credor privado de uma empresa em dificuldades pode parcelar a dívida, conceder uma anistia ou um perdão, mas o fisco tem que cumprir a lei – explicou Tebet.

O relatório do senador prevê que dívidas trabalhistas de salários com valor equivalente a cinco mínimos têm a preferência para pagamento. As empresas que, pela legislação atual, estão em concordata, mas com seus compromissos em dia, poderão requerer o benefício da nova lei e passar ao regime de recuperação judicial ou extrajudicial.

Depois de examinado pela CAE, o projeto irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois ao Plenário, possivelmente em maio.

Projeto busca a preservação das empresas, diz Tebet

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Ramez Tebet destacou que o substitutivo à Lei de Falências, que apresentou à CAE, tem como principal objetivo recuperar as empresas e assim garantir a diminuição do desemprego.

– A preservação da empresa é a principal razão de ser desse projeto de lei, que assim honrará seu papel social. Em meu substitutivo, os direitos trabalhistas serão garantidos e os empregados terão tratamento superior.

O senador propõe que, em vez de Lei de Falências, a nova legislação seja denominada Lei de Recuperação das Empresas. Segundo ele, com as novas normas propostas, os trabalhadores terão prioridade no recebimento das dívidas da empresa falimentar, seguidos por credores preferenciais. Tebet disse esperar que o fisco ceda prazos maiores para empresas em dificuldades e que ajam de boa-fé.

– Não pensemos nos holofotes, pensemos nos interesses do Brasil, no que for melhor para promover a justiça social. Tenho certeza que esse projeto pode ajudar a diminuir o desemprego no Brasil.

Tebet lembrou que a nova lei, depois de aprovada no Congresso Nacional, deverá substituir código em vigor desde 1945. O substitutivo pretende valorizar, por exemplo, os bens intangíveis da empresa – como marcas e nomes de produtos –, algo não previsto no texto atual, que dá valor apenas a bens físicos.

– Às vezes, a marca vale mais do que os ativos físicos. A lei precisa estar harmônica com a época – disse.

Na presidência da sessão plenária, o senador Paulo Paim (PT-RS) informou que participará do debate amanhã na CAE e que sua preocupação é com o direito dos trabalhadores.



Bruno Bazilio

Renegociação de dívida do crédito educativo

■ Projeto está na pauta da Comissão de Educação, que analisa também advertência em bebida alcoólica



FAVORÁVEL Proposta de Mercadante tem caráter terminativo na CAE

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, a partir das 11h, quando deverá examinar projeto que permite a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo. De autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a proposta (PLS 121/03) recebeu parecer favorável, com emendas, de Demostenes Torres (PFL-GO). A matéria terá decisão em caráter terminativo (só será submetida ao Plenário se requerimento de pelo menos nove senadores o solicitar) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CE também analisará projeto de resolução do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que altera as formalidades e critérios para a apreciação dos atos

de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para emissoras de rádio e TV. O relator Gerson Camata (PMDB-ES) defende a rejeição da proposta (PRS 21/03).

Outro projeto determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de venda a menores de 18 anos e sua prejudicialidade à saúde. O projeto é do deputado Airton Dipp, e o relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), apresentou substitutivo.

População sofre por falta de saneamento, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) chamou a atenção para os graves problemas de abastecimento de água e saneamento que ainda vive o país. Citando dados do Atlas de Saneamento, recém-lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o parlamentar amazonense observou que o Norte está em primeiro lugar no ranking da proporção de municípios sem coleta de esgotos: 92,9%, contra 82,1% do Centro-Oeste; 61,1% do Sul; 57,1% do Nordeste; e 7,1% do Sudeste.

O atlas mostra ainda que a Região Norte registrou, entre 1989 e 2000, aumento de 21,7% para 23,3% no número de municípios sem rede distribuidora de água. As razões seriam a expansão acelerada da fronteira agrícola, com o surgimento de cidades acompanhando as plantações de soja e a criação de gado, e as facilidades propiciadas pela Constituição federal para a criação de municípios.

Jefferson Péres advertiu também para os perigos à saúde decorrentes da má qualidade da água. Em razão das últimas cheias, por exemplo, multiplicaram-se os casos de leptospirose e diarreia. A metade das internações contabilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) deve-se a doenças transmitidas por água contaminada.

Estimativa da Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico indica que o Brasil precisaria investir R\$ 9 bilhões por ano, durante 20 anos, para levar a todos os brasileiros as redes de água e esgoto. O governo federal declara dispor de apenas R\$ 1,6 bilhão do orçamento e mais R\$ 2,9 bilhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



CONSEQUÊNCIAS Jefferson adverte para perigo que traz a má qualidade da água

Arns elogia TV que ensina a proteger fauna e flora

O senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a Rede Bandeirantes de Televisão e o Canal 2 de Curitiba pela produção e transmissão do programa *Educação e Aventura*, que divulga informações sobre cuidados com as matas ciliares e proteção da fauna terrestre e aquática. As transmissões coincidem com a realização de competições de rapel e ciclismo em cenários naturais como Vila Velha e Serra do Mar.



CUIDADOS Arns destaca programas exibidos em Curitiba, Ponta Grossa e litoral do Paraná

O objetivo do programa é aproveitar a mobilização de esportistas e cidadãos para elevar a conscientização ambiental da população da região metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa e litoral paranaense. O *Educação e Aventura* é um desdobramento do projeto Pé no Rio, lançado pela TV Catarinense, em 2001, na região de Joaçaba, e que, em sua quarta edição, influencia o comportamento das populações de 30 cidades catarinenses, nas quais os índices de coleta seletiva do lixo estão entre os mais altos do Brasil.

– A idéia, vitoriosa em Santa Catarina, foi adaptada com sucesso às características da região sudeste do Paraná – informa o senador.

O parlamentar paranaense chamou a atenção em seu discurso para o grave problema da destruição de mananciais de água provocado pela ocupação urbana desordenada. Flávio Arns considera urgente mobilizar a sociedade para uma cruzada contra a degradação nas regiões metropolitanas não só por causa da perda ambiental em si, mas pelo que representa de risco à saúde pública.

Papaléo faz alerta contra o desperdício de água

Para evitar o colapso no fornecimento de água doce para a Humanidade, é preciso acabar com o desperdício, a poluição, o desmatamento e o assoreamento de rios e mananciais, alertou o senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

– A água é o bem social mais importante do século 21, pois dela depende a sobrevivência de pessoas, animais, plantas e o desenvolvimento de todas as atividades humanas, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços – frisou.

O senador reconheceu que o Brasil é privilegiado na oferta de água, pois dispõe da maior quantidade de água doce do planeta, cerca de 12% do total mundial, com 12 mil rios e córregos e a maior concentração de água doce existente no mundo, que é a região Amazônica. Mas observou que, como país dos contrastes, o Brasil enfrenta fome e sede em muitas regiões, possivelmente em de-



PRIVILÉGIO Papaléo: Brasil tem grande estoque de água doce, que não chega para todos

corrência da utilização irracional dos estoques de água.

O parlamentar disse ainda que 60% do lixo produzido no país não recebe tratamento adequado, sendo muitas vezes jogado diretamente nos rios, com resíduos tóxicos, contaminando a água, dificultando seu tratamento, tornando-a imprópria para o consumo humano e criando dificuldades financeiras, muitas vezes intransponíveis para um grande número de pequenos municípios.



SERVIÇOS RELEVANTES O presidente do Senado, José Sarney, é condecorado com o Colar do Mérito Ministro Nelson Hungria

Sarney é homenageado pela Justiça Federal

O presidente do Senado, José Sarney, foi condecorado na sexta-feira, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com o Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, em razão de relevantes serviços prestados àquela Corte, criada quando ele era presidente da República.

Ao homenagear o presidente do Senado, o desembargador Leomar Barros Amorim de Sousa disse que a mais alta condecoração daquele tribunal tem o propósito de agradecer com o bronze, de forma indelével, pessoas que, como Sarney, se destacam por seus méritos, por seu trabalho e pela dedicação à causa pública.

O desembargador afirmou que a trajetória de homem público de Sarney, iniciada em 1954, aos 24 anos, se confunde com a história do Brasil. “Político total, completo, democrata convicto, tenho certeza que o mais caro legado deixado pelo presidente Sarney foi haver assegurado, de forma definitiva, com equilíbrio, serenidade e tolerância, a transição do regime militar para a democracia”.

Sarney ressaltou que estava ali, mais do que para ser homenageado, para homenagear a Justiça, que tem no Tribunal Regional Federal da 1ª Região um dos seus órgãos mais fundamentais.

Senado discute violência que atinge Rio de Janeiro

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado promove hoje, às 18h, debate sobre o problema da segurança pública no Rio de Janeiro, conforme requerimento do presidente do



Audiência pública foi proposta por Tasso Jereissati

colegiado, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Os senadores deverão discutir o assunto com a governadora Rosinha Matheus, o secretário

estadual de Segurança Pública, Anthony Garotinho, o prefeito César Maia e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Depois de violentos confrontos entre polícia e líderes do tráfico na favela da Rocinha durante a semana, o tema recebeu a atenção dos senadores na sessão plenária de terça-feira. O presidente do Senado, José Sarney, destacou a importância do debate para o país.

Hélio Costa pede medidas contra crime em rodovias

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou os assaltos que vêm ocorrendo nas rodovias de Minas Gerais, especialmente os ataques a ônibus interestaduais que trafegam no sentido Belo Horizonte-Brasília, e cobrou uma atuação mais



Hélio Costa aponta omissão de órgãos governamentais

firme da Polícia Rodoviária Federal.

– Afinal, quais são as ações práticas e efetivas que a corporação tem levado a efeito no sentido de reverter esse deplorável estado de coisas? Que medidas concretas têm sido toma-

das para intimidar, para acuar os meliantes? O que tem sido feito para desbaratar suas organizações? Que providências têm sido adotadas para que sintam eles o peso da longa mão da Justiça, para que experimentem o rigor das injunções penais? – perguntou.

Hélio Costa lembrou que os criminosos se aproveitam das péssimas condições das estradas, já que os motoristas são obrigados a reduzir a velocidade, favorecendo assim a atuação dos bandidos.

Tourinho propõe punição para seqüestro relâmpago

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei que tipifica como crime, no Código Penal, o seqüestro relâmpago. O projeto inclui parágrafo no artigo 158 (que trata de extorsão), estabelecendo que, se o roubo ou extorsão for cometido mediante restrição de liberdade da vítima, a pena de reclusão passa a ser de seis a 12 anos, mais multa.

Ainda conforme a proposta, se, do seqüestro relâmpago, re-



Proposta de Tourinho prevê pena de seis a 12 anos de reclusão

sultar a morte da vítima, o crime passa a ser considerado hediondo, com pena de prisão entre 24 e 30 anos. Se houver lesão corporal grave, a pena seria de oito a 15 anos. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) esperando indicação de relator. A votação será terminativa: a proposta poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que o Plenário se manifeste.

Votação de MPs aguarda acordo entre lideranças

■ Quatro medidas provisórias vêm trancando desde quarta-feira a pauta do Senado

A votação de quatro medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta de votações do Plenário do Senado depende de negociações entre os líderes partidários, inclusive sobre reivindicações do PMDB, maior partido da Casa e aliado do governo.

O Plenário nada votou desde a última quarta-feira, exatamente por falta de acordo partidário. A obstrução atinge decisões das comissões permanentes sobre matérias que tramitam em caráter terminativo. Na noite de quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu no Palácio da Alvorada líderes do PMDB, quando o partido insistiu em ter maior

Pesar pelo falecimento do embaixador João Augusto Médicis

Por requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a Mesa do Senado aprovou inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do embaixador João Augusto Médicis, que exercia o cargo de representante do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Pelas tradições da Casa, serão enviadas condolências à sua família e ao Itamaraty.

Ao encaminhar o requerimento, Heráclito afirmou que o embaixador, carinhosamente apelidado de Zoza, faleceu em Roma, em decorrência de um acidente de automóvel.

João Augusto Médicis entrou para o Itamaraty em 1959, tendo exercido postos importantes como a chefia da representação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), além de embaixadas em Pequim (China) e Santiago (Chile). Como representante brasileiro na CPLP, atuou para consolidar institucional e politicamente a comunidade.



ESPAÇO PMDB busca maior participação no governo, afirma Renan Calheiros

participação no governo, conforme afirmação do líder no Senado, Renan Calheiros (AL), após o encontro.

Das quatro medidas provisórias que bloqueiam a pauta do Senado, a primeira da lista autoriza o governo a contratar 2.793 pessoas para cargos comissionados (de livre nomeação dos ministros). O relator-revisor da MP 163/04, senador Delcídio Amaral (PT-MS), já

pediu adiamento da votação por três vezes, sob o argumento de que precisa de mais tempo para discutir uma das emendas das oposições.

Armas de fogo

Na última sexta-feira, 99 matérias já estavam prontas para deliberação em Plenário, assim que a pauta for desbloqueada. São oito propostas de emenda à Constituição, 18 projetos de lei, 23 projetos de decreto legislativo, seis mensagens com indicação de embaixadores e dezenas de requerimentos. Um dos requerimentos pede urgência para votação do decreto legislativo sobre a convocação de um plebiscito para que os eleitores digam se concordam em proibir a venda de armas de fogo no país.

Entre as medidas provisórias que esperam decisão do Plenário, destaca-se ainda a MP 168/04, que proíbe no Brasil o funcionamento de casas de bingo ou de exploração de máquinas caça-níqueis.

Ana Júlia lembra massacre em Eldorado dos Carajás

Ao lembrar em Plenário os oito anos do massacre de 19 trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás (PA), a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou radicalmente a forma com que o governo brasileiro vinha tratando as reivindicações pela reforma agrária.

– Lula sabe que os sem-terra não são caso de polícia, mas de política, de política agrária e de política agrícola – disse. Ela fez um paralelo entre a ação do então governador do Pará, Almir Gabriel, que mandou em 1996 a polícia desimpedir a rodovia ocupada por sem-terra, e a desocupação pacífica da fazenda da Veracel, na Bahia, promovida recentemente.

Ana Júlia lamentou que o episódio de Eldorado dos Carajás tenha manchado a imagem do Brasil em todo o mundo. A ação violenta da polícia do Pará acabou transformando o dia 17 de abril em Dia Internacional da Luta pela Terra.

– E por que os sem-terra ocupavam, naquele 17 de abril de



AVANÇO Lula mudou a forma de tratar as reivindicações pela reforma agrária, diz Ana Júlia

96, a estrada PA-150? Foi o derradeiro recurso de que aquele grupo de agricultores lançou mão para ser ouvido, pois havia meses se encontravam acampados à beira da estrada, sem interrompê-la, aguardando ações do Incra que nunca vieram – sustentou a senadora paraense.

Segundo informou Ana Júlia, o presidente Lula assegurou uma verba extra de R\$ 1,7 bilhão para o projeto de reforma agrária, neste ano. Essa verba, observou ela, será suficiente para cumprir a meta de assentamento de 115 mil famílias até o fim deste ano.

Reforma agrária será pacífica e negociada, ressalta Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) leu em Plenário na sexta-feira nota pública em que o seu partido confirma a intenção do governo de realizar a reforma agrária “de maneira pacífica, com qualidade e como resultado de uma negociação”. Ele lembrou que Luiz Inácio Lula da Silva apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária cuja meta é assentar 115 mil famílias até o fim deste ano.

Além dos novos assentamentos, disse Sibá, o plano pretende fixar a regulamentação fundiária e o Cadastro de Terras, com a regularização de 64 mil hectares e de 150 mil propriedades. Deverão ser implementados, segundo o documento lido pelo senador, um programa de assistência técnica para as famílias beneficiadas e a elevação de 198% – em relação à safra anterior – nos créditos de custeio para a reforma agrária do plano da safra 2003/2004.

Mozarildo pede mudanças na Funai e critica Cimi e CNBB



Mozarildo quer nacionalizar a política indigenista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) voltou a pedir na sexta-feira passada ampla reforma na Fundação Nacional do Índio (Funai), destinada a nacionalizar a política indigenista e dar aos mais de 410 mil índios espalhados por todo o país dignidade e oportunidade de acesso à educação e à saúde.

Para Mozarildo, a Funai “não comanda” mais a política indigenista brasileira. Quem dá as cartas, conforme observou, é o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “que vem fazendo uma pregação de violência e sublevando a ordem em várias áreas”, principalmente com relação à demarcação de terras indígenas no país.

Paim acredita que mínimo ultrapassará 100 dólares

Senador justifica a esperança dizendo que arrecadação recorde poderá bancar o reajuste do salário



OTIMISMO Paim observa que a Seguridade Social terá superávit de R\$ 30 bilhões este ano

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse na sexta-feira ter esperança de que o reajuste do salário mínimo ultrapasse os R\$ 256 anunciados pelo governo, chegando a mais de US\$ 100 (pela cotação atual, R\$ 290). Foi essa a proposta que Paim levou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de quarta-feira para discutir o assunto, da qual também participaram ministros e lideranças do governo.

Paim assegurou que há fontes para bancar o reajuste por

ele defendido. O senador gaúcho lembrou que a Receita Federal teve este mês aumento de 15,5% na arrecadação. A Seguridade Social deste ano, acrescentou Paim, deverá ter superávit de R\$ 30 bilhões.

Bornhausen: “Não é hora de se lamentar”

Ao falar pela liderança da Minoria, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) expressou sua perplexidade com o noticiário da imprensa de quinta-feira, dando conta de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria se lamentado por sua situação, diante da necessidade de definição do novo salário mínimo. A seu ver, não é hora de o presidente se lamentar, mas de governar e administrar.

– Eu diria que o presidente da República tem deveres com a nação, com seus eleitores, a quem prometeu dobrar o salário mínimo até o final de seu mandato. Se Lula não vai cum-



INCOERÊNCIA Bornhausen compara arrecadação recorde com crescimento menor

prir sua palavra, que vá à televisão e ao rádio e peça desculpas à nação – recomendou o senador.

Bornhausen disse que assim é que procede um chefe de go-

verno, que deve tomar ações capazes de possibilitar o crescimento do país, como o município do orçamento para gerar produção e reduzir o desemprego. Ele advertiu que, ao contrário disso, o que o país tem observado é que a carga tributária foi aumentada, apesar de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, haver prometido que isso não aconteceria neste governo.

– Afirmando não ser contra a elevação do salário-família, uma das alternativas sugeridas pelo governo, Paim ressaltou que o reajuste do salário é passo fundamental para redistribuir renda e gerar emprego. – Apresentei os dados ao presidente da República e aos ministros. O presidente da República disse que faria estudo aprofundado para buscar o maior aumento possível. Ele marcou outra reunião e eu estou esperançoso – ressaltou.

O senador também reiterou confiança em acordo para aprovar a PEC paralela da Previdência (PEC nº 77/03).

Ele informou que haverá reunião amanhã entre as lideranças no Congresso Nacional para discutir a tramitação da PEC paralela da Previdência.

– Aí estão os resultados de março da Receita Federal, mostrando uma arrecadação recorde, sendo que o país não cresce nada neste período – protestou o senador catarinense.



PREÇO MELHOR Saturnino destaca que remédios ficarão mais baratos no país

Fiocruz compra laboratório para ampliar produção

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) conseguiu adquirir uma unidade industrial da Glaxo, localizada em Jacarepaguá (RJ), que se encontrava desativada, depois de ter obtido a liberação de R\$ 20 milhões do orçamento federal deste ano. Ao anunciar a compra, em Plenário, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), autor da emenda ao Orçamento Geral da União de 2004 que garantiu os recursos necessários para viabilizar a negociação, informou que o laboratório poderá ser operado pela Fiocruz a partir do segundo semestre.

Saturnino afirmou que, com esse novo laboratório, a Fiocruz terá condições de ampliar a sua produção de vacinas e de medicamentos, fornecendo produtos baratos para programas sociais como as Farmácias Populares que estão sendo implantadas em várias cidades do país. O parlamentar lembrou que a Fiocruz, criada em 25 de maio de 1900, é uma instituição modelar, com prestígio internacional.

Reforma agrária

O senador manifestou seu apoio às medidas adotadas pelo governo federal para agilizar a reforma agrária. Entre elas, Saturnino citou a maior autonomia às agências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr), a redução da burocracia para efetivar os assentamentos e o aumento para R\$ 16 mil do crédito inicial aos assentados.

Roberto Saturnino destacou a pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na quinta-feira, que apontou 33% da população brasileira (56 milhões de pessoas) vivendo com até R\$ 79 por mês.

Lúcia Vânia critica política econômica do governo federal

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comentou, em discurso na sexta-feira, declarações feitas por dois ministros do governo: o da Casa Civil, José Dirceu, e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Dirceu teria dito que, sem reduzir as desigualdades sociais, não vale a pena governar e que assim a política econômica não terá nenhum fim ético. Patrus, por sua vez, teria afirmado que “não se pode jogar para Deus tarefas e responsabilidades que são nossas”.

– Temos que concordar com as afirmações de José Dirceu, ainda mais quando se supõe que esteja falando do governo Lula. Carece de um fim ético uma política econômica que leva o país a ter um crescimento negativo em 2003, deverá ter um crescimento pífio em 2004 e que apresenta taxa de desemprego de 13% – afirmou.

A senadora disse ainda que apenas programas sociais que tinham uma rotina consolidada mantiveram desempenho favorável no novo governo, ainda referindo-se a outra afirma-



COBRANÇA Lúcia Vânia ressaltou que má gestão foi aprofundada em 2003/2004

ção de José Dirceu, que teria dito que “sempre houve má gestão dos programas sociais neste país”.

– Se sempre houve má gestão, isso apenas foi aprofundado durante todo o ano de 2003 e no início de 2004 – observou.

Antero quer garantia de vida para ex-diretor da Caixa

Em discurso no Plenário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu ao governo federal a adoção de providências para dar garantia de vida ao ex-diretor de logística da Caixa Econômica Federal (CEF) Mário Haag, que foi ameaçado de morte e espancado depois que cinco bandi-

dos invadiram a sede de sua fazenda na região de Sobradinho (DF), na noite da última quarta-feira.

Apesar de considerar a hipótese de que se trata de um crime comum, o senador disse que é preciso serem tomadas precauções, porque Haag foi um dos principais depoentes no caso Waldomiro Diniz, ex-assessor

da Presidência da República.

Ele também criticou a ornamentação dos jardins do Palácio da Alvorada e da Granja do Torno com estrelas vermelhas, símbolo do PT. "Imagine se o governo Fernando Henrique Cardoso tivesse implantado um tucano, símbolo do seu partido", argumentou.

Antero protestou ainda contra a maneira como o governo federal vem conduzindo o problema da reforma agrária. Ele afirmou que a liberação de recursos para a execução da reforma não pode ser obtida "no grito", como fez João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

J. Freitas



CAUTELA Antero de Barros afirma que é necessária a adoção de precauções

Heráclito Fortes atribui crise do governo a "fogo amigo"

Roosevelt Pinheiro



Heráclito Fortes vê disputa por espaços no poder

Para o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) são justamente a pessoas próximas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que estão fomentando a crise, por meio de intrigas, disputas por espaço no poder

e vaidades.

– Há vários tipos de puxa-sacos, como por exemplo o que nunca diz a verdade e apenas elogia, mesmo quando está tudo errado, e o puxa-saco ressentido, que tem seus pleitos rejeitados e começa então a plantar intrigas.

Almeida Lima cobra apuração do assassinato de Celso Daniel

Roosevelt Pinheiro



Almeida Lima critica forma como é feita apuração

O senador Almeida Lima (PDT-SE) cobrou a apuração do assassinato, em janeiro de 2002, do prefeito de Santo André, Celso Daniel. O parlamentar lamentou a forma como o caso vem sendo

investigado pela Polícia e pelo Ministério Público.

Ele leu matéria de *O Estado de S. Paulo* em que João Francisco Daniel, irmão do prefeito, afirma que o PT recebia propina para financiar campanhas eleitorais.

Simon pede a Lula que mude política econômica

Governo do PT não pode ficar marcado por medidas como compra de avião e reforma no Alvorada, diz senador

J. Freitas



COBRANÇA Simon defende a queda dos juros para possibilitar geração de empregos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou, em discurso sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mudar os rumos da política econômica para promover o crescimento e a geração de empregos prometidos durante a campanha eleitoral. Segundo afirmou, ainda há tempo de diminuir as despesas com juros, para sobrar o dinheiro indispensável ao desenvolvimento.

– Lula, acorde, volte a ser o que você era, um líder com sensibilidade social, preocupado com o bem-estar da população. Seu governo não pode ficar marcado por medidas como compra de um avião espetacu-

lar, reforma de seis meses no Palácio da Alvorada e revolução nos jardins para adotar um símbolo partidário, quando o Palácio é do povo brasileiro e não do PT.

Na opinião de Simon, o presidente tem credibilidade para obter do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial condições mais favoráveis

para pagar a dívida externa sem inviabilizar ações necessárias ao crescimento do país. O senador disse que os juros precisam baixar com maior velocidade para desafogar o setor produtivo e gerar empregos. Ele afirmou que os lucros auferidos pelos bancos são superiores aos obtidos durante o governo Fernando Henrique.

Simon alertou o presidente Lula para o perigo de ouvir apenas as pessoas que o cercam. "É indispensável que o ocupante do Planalto converse com empresários e parlamentares que tenham pontos de vista diferentes do seu, para ampliar os seus horizontes de decisão."

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) indagou sobre quantas vezes Lula conversou com um parlamentar da oposição. "Pouquíssimas, porque não vale contar cineminha e churrascada", assinalou o senador piauiense.

Alvaro aponta risco de situação imprevisível

A estabilidade econômica brasileira corre sério risco, podendo levar o país a uma situação imprevisível, alertou na sexta-feira o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao cobrar do governo a adoção de uma política destinada a colocar o Brasil "no rumo do progresso e do desenvolvimento". Para ele, o sinal de alerta foi aceso depois que o relatório do banco americano J. P. Morgan, divulgado na quarta-feira, reduziu a recomendação para os títulos da dívida brasileira.

– Com isso, o risco Brasil disparou quase 10%, atingindo a marca de 611 pontos, o dólar subiu 1,04% e a Bolsa caiu 2,57%, além de provocar a desvalorização dos títulos brasileiros no exterior – afirmou Al-

Célio Azevedo



DECISÃO Alvaro Dias reclama medidas para o Brasil retomar o desenvolvimento

varo Dias.

O senador avaliou que a economia brasileira "caminha para o caos" por apenas um motivo: falta de competência do governo para geri-la, apesar de a carga tributária, conforme disse, ter sofrido aumento no último ano. Como exemplo, citou a

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), cuja alíquota foi aumentada de 3% para 7,6%.

Drama

Alvaro Dias também pediu ao Ministério da Saúde a imediata regularização do repasse de recursos federais destinados ao Hospital Psiquiátrico de Maringá (PR), considerado como referência em todo o mundo. Ele informou que a instituição não recebeu parte das faturas de novembro de 2003 e a totalidade de fevereiro e março deste ano, que somam R\$ 537.409.

Segundo o senador, o hospital tem como única fonte de receita os recursos públicos, que são destinados a pessoal e compra de medicamentos e alimentos, entre outras despesas.

Para Efraim, caso Waldomiro é mais grave que o caso PC

O líder da Minoria, senador Efraim Moraes (PFL-PB), disse que o caso Waldomiro Diniz é mais grave do que o que envolveu o tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello,



Efraim critica governo por falta de providências

Paulo César Farias, "porque PC não tinha gabinete no Palácio do Planalto e nem cargo formal no governo". O parlamentar criticou o Executivo pelo fato de, decorridos dois meses após divulgadas as denúncias, nenhuma providência concreta ter sido tomada.

Efraim lembrou que altos funcionários da empresa GTech denunciaram a indicação, por Waldomiro, de Rogério Buratti – ex-chefe de gabinete do então prefeito Antonio Palocci e ex-assessor do ministro José Dirceu –, para intermediar um contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal.

– Buratti foi demitido por corrupção da prefeitura de Ribeirão Preto e é ainda hoje sócio do chefe de gabinete do ministro da Fazenda e amigo de Palocci, que o teria levado à prestigiosa posição de vice-presidente do grupo empresarial Leão Leão, maior financiador da eleição de Palocci à Câmara dos Deputados em 1988 – disse o senador.

Efraim considerou inaceitável que o governo tenha promovido um inquérito sigiloso que apontou apenas Waldomiro Diniz como culpado por captação ilegal de recursos para campanha e por corrupção.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Sibá Machado e Mão Santa e pela senadora Lúcia Vânia

Lei garante direitos especiais a doentes e idosos

Portadores de doença grave e de deficiência e maiores de 65 anos de idade merecem atenção especial da legislação brasileira. Segurados do INSS, por exemplo, têm direito à aposentadoria por invalidez se forem acometidos por determinadas doenças.

Outros benefícios estão previstos na lei, como a possibilidade de saque do FGTS e de cotas do PIS/Pasep; isenção de CPMF, IPI, ICMS e IPVA; abatimentos especiais no Imposto de Renda; e coberturas de cirurgia plástica reparadora em caso de câncer.

A legislação dos servidores públicos também contempla casos de doenças incapacitantes para o trabalho e garante o direito à aposentadoria antecipada. Esta edição do Especial Cidadania traz informações sobre o tema.

Informações

Disque Saúde – 0800 61-1997

Previdência Social
PrevFone – 0800 78-0191
www.inss.gov.br

Ministério do Trabalho
Alô Trabalho – 0800 285-0101 e 0800 61-0101 (regiões Sul e Centro-Oeste e estados do Acre e Rondônia) –
www.trabalho.gov.br

Agência Nacional de Saúde (ANS) – 0800 701-9656
www.ans.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
0800 644-0644
www.anvisa.gov.br

Receita Federal – 0300 78-0300
Ligação tarifada a R\$ 0,27 o minuto
www.receita.fazenda.gov.br

Instituto Nacional do Câncer (Inca) – (21) 2506-6108/6182
www.inca.gov.br

Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ABCP)
www.cuidadospaliativos.com.br

Conselho Federal de Medicina (CFM) – (61) 445-5900
www.portalmédico.org.br

Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta (ABOI)
www.aboi.org.br

Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ)
0800 55-1906
www.abraz.com.br

Associação Brasil Parkinson
(11) 578-8177
www.parkinson.org.br

Medicamentos importados
A Fundação Rubem Berta, em parceria com a Varig, auxilia na compra e transporte de medicamentos não fabricados no Brasil, cabendo ao solicitante apenas o pagamento do produto.
Informações pelos telefones:

São Paulo (SP) – (11) 5091-2250

Rio de Janeiro (RJ) –

(21) 2468-4818 ou 4820

Recife (PE) – (81) 3464-443

Aposentadoria e assistência estão previstas

APOSENTADORIA

Servidores públicos – pode ser solicitada pelo servidor que contrair uma das doenças especificadas no artigo 186, parágrafo 1º, da Lei 8.112/90, mesmo que não haja o tempo completo de serviço. Se o servidor aposentado tiver doença grave, contagiosa ou incurável, tem direito a receber proventos integrais, conforme o artigo 190 da mesma lei, a partir da data do laudo médico pericial. O direito à aposentadoria integral também está previsto na Constituição, nos artigos 40, parágrafo 1º, inciso I, e 196.

Servidores militares – o direito à aposentadoria está previsto na Lei 6.880/80, segundo a qual o militar que for julgado incapaz por uma junta médica de saúde terá direito, como remuneração, a um soldo correspondendo ao grau hierárquico imediatamente superior ao que possuir ou que possuía na ativa (artigo 110). Também pode ser requisitado o auxílio-invalidez, previsto no artigo 3º, inciso XV, MP 2.215-10/01, pelo militar que necessitar de cuidados hospitalares ou auxílio de serviços de enfermagem.

Segurados do INSS – todos os segurados, após cumprir a carência exigida, recebendo ou não auxílio-doença, têm direito à aposentadoria por invalidez se contrair alguma das doenças ou afecções listadas no artigo 26, inciso III, da Lei 8.213/91. Também não há carência para requisição do auxílio-doença, conforme o artigo 151 da lei. O valor da aposentadoria será acrescido de 25% se o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, mesmo que o valor atinja o limite máximo legal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Benefício de Prestação Continuada (Loas) – o artigo 203 da Constituição prevê o benefício de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência, ou incapacidade, ou maior de 65 anos que comprove não possuir meios de prover seu sustento. O auxílio, que deve ser requisitado nas agências do INSS, foi regulamentado pela Lei 8.742/93, com as modificações da Lei 9.720/98.

Auxílio-doença – é o benefício mensal a que tem direito o segurado inscrito no Regime Geral de Previdência Social, do INSS, ao ficar incapacita-

do para o trabalho (mesmo que temporariamente), em virtude de doença, por mais de quinze dias consecutivos. A solicitação do benefício deve ser feita por meio de requerimento ao órgão que paga a aposentadoria (INSS, prefeitura, estado, Distrito Federal). É necessário comprovar a doença mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, estado, Distrito Federal ou município (Lei 9.250/95, art.30; RIR/99, art.39, parágrafo

ser solicitado pelo portador do vírus HIV e de câncer em caso de invalidez permanente, entre outros. Na ocorrência de câncer, o beneficiário pode ser o titular da conta ou seu dependente. A CPMF não incide sobre o saque. Se o trabalhador foi cadastrado até 4/10/88, poderá ter saldo de cotas.

ISENÇÕES

CPMF – a contribuição deve ser estornada dos benefícios de prestação continuada e

ção retroativa dos últimos cinco anos. Também ficam isentos do IR ganhos com seguro-desemprego, auxílio-doença, PIS/Pasep, seguro da previdência privada, apólices de seguro e pecúlio, conforme as Leis 7.713/88 e 8.541/92, o Decreto 3.000/99 e a Instrução Normativa SRF 15/01.

IPI e ICMS – ficam isentos do IPI automóveis de passageiros adquiridos por pessoas portadoras de deficiência congênita ou adquirida por motivo de doença ou acidente. A isenção vale para a compra de veículo comum, nacional, se o beneficiário é o deficiente condutor ou seu representante. A isenção do ICMS só vale para veículos de até 127hp e adaptados para o uso do portador de deficiência.

IOF no financiamento para compra de veículo

– a Lei 8.383/91 isenta os portadores de deficiência da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na contratação de financiamento para adquirir veículo de passageiros, nacional, com até 127hp de potência. O benefício é concedido apenas uma vez.

IPVA – os estados de Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal, isentam do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) o veículo do portador de deficiência. Informações podem ser obtidas no Detran local.

TRATAMENTOS MÉDICOS

Cirurgia reparadora – cirurgia plástica reparadora da mama, em caso de câncer, pode ser feita pelo Sistema Único de Saúde ou coberta pelos planos de saúde, conforme as Leis 9.797/99 e 10.223/01.

OUTROS

Quitação do financiamento – ao pagar as parcelas do imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o proprietário também paga um seguro que lhe garante a quitação do imóvel em caso de invalidez ou morte. Na ocorrência de invalidez, o seguro quita o valor correspondente ao que o doente pagou do financiamento. A entidade financeira que efetuou o financiamento do imóvel deve encaminhar os documentos necessários à seguradora responsável pelo seguro.

do para o trabalho (mesmo que temporariamente), em virtude de doença, por mais de quinze dias consecutivos. A solicitação do benefício deve ser feita por meio de requerimento ao órgão que paga a aposentadoria (INSS, prefeitura, estado, Distrito Federal). É necessário comprovar a doença mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, estado, Distrito Federal ou município (Lei 9.250/95, art.30; RIR/99, art.39, parágrafo

ser solicitado pelo portador do vírus HIV e de câncer em caso de invalidez permanente, entre outros. Na ocorrência de câncer, o beneficiário pode ser o titular da conta ou seu dependente. A CPMF não incide sobre o saque. Se o trabalhador foi cadastrado até 4/10/88, poderá ter saldo de cotas.

SAQUES

FGTS – os portadores de câncer, de vírus da Aids ou de doença terminal, que tenham depósitos na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), podem sacar o total depositado, com isenção do Imposto de Renda e sem incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conforme as Leis 8.213/91 e 7.670/88. Não é preciso estar aposentado para reclamar a quantia, que pode ser requerida pelo dependente do titular da conta.

PIS/Pasep – o saque de quotas pode

ser solicitado pelo portador do vírus HIV e de câncer em caso de invalidez permanente, entre outros. Na ocorrência de câncer, o beneficiário pode ser o titular da conta ou seu dependente. A CPMF não incide sobre o saque. Se o trabalhador foi cadastrado até 4/10/88, poderá ter saldo de cotas.

ção retroativa dos últimos cinco anos. Também ficam isentos do IR ganhos com seguro-desemprego, auxílio-doença, PIS/Pasep, seguro da previdência privada, apólices de seguro e pecúlio, conforme as Leis 7.713/88 e 8.541/92, o Decreto 3.000/99 e a Instrução Normativa SRF 15/01.

Projetos prevêem passe livre e isenção de imposto

Há várias propostas em tramitação no Congresso que visam beneficiar os portadores de doenças graves. No Senado, Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei (PLS 66/04) que inclui entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive no

transporte aéreo, quando o motivo for, comprovadamente, tratamento médico. A proposta aguarda o exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o projeto (PLS 71/00) que inclui entre os rendimentos isentos do Imposto de Renda os proven-

tos recebidos pelos portadores de hepatopatia grave. A mesma isenção está prevista, em proposta (PLS 100/01) do senador Tião Viana (PT-AC), aos portadores de doenças graves como contaminação por radiação e fibrose cística, entre outras.

Na Câmara, há um projeto

(PLC 874/03) que torna obrigatório o exame de fundo de olho nos recém-nascidos, para diagnóstico de retinoblastoma e outras doenças graves ou congênitas. Outra proposta (PL 1.368/99) isenta do Imposto de Renda os aposentados portadores de artrite reumatóide e fibromialgia.